

# Formas Precárias de Emprego, Atuação em ONG's e Inserção Profissional

*Precarious Forms of Job, Performance in  
ONG's and Professional Insertion*

Wilson José Ferreira de Oliveira<sup>1</sup>

---

**Resumo:** Esse artigo examina as condições e as lógicas sociais que conduzem à atuação profissional como funcionários e técnicos de ONG's. Para isso, foram examinadas as principais modalidades de carreiras militantes e profissionais associadas ao exercício de tais funções, com o intuito de apreender os significados atribuídos à formação profissional e os tipos de recursos e de vínculos sociais que respaldam sua atuação. Os resultados alcançados demonstram que a atuação profissional em ONG's está inserida numa dinâmica de diversificação das modalidades de exercício profissional e de ingresso no mercado de trabalho e tem como base formas específicas de articulação da formação universitária com a militância política através da inserção em diversas redes de organizações e movimentos sociais durante os itinerários ocupacionais e profissionais dos indivíduos. Esses resultados demonstram que a associação entre militância, formação universitária e inserção ocupacional constitui um dos ingredientes principais desse tipo de atuação profissional.

**Palavras-chave:** mercado de trabalho; militância política; formação universitária; exercício profissional; ONG's;

---

## Introdução

A ocupação de cargos e funções remuneradas em ONG's constitui, atualmente, uma forte alternativa de emprego, exercício e realização profissional para indivíduos com tipos diversificados de formação universitária (ciências humanas, direito, jornalismo, biologia, etc.), configurando um novo campo de atuação profissional. Esse fenômeno tem sido tomado como um dos principais indicadores da tendência de institucionalização dos movimentos sociais e da ação associativa, ocorrida a partir da década de 1980. Nesse sentido, tem-se demonstrado que a utilização de competências de expertise, adquiridas através da formação universitária, constitui um dos fundamentos principais da participação na defesa dos direitos do homem e de causas humanitárias (AGRIKOLIANSKY, 2002; DAUVIN & SIMÉANT, 2002), do militantismo sindical (MATONTI & POUPEAU, 2004; WAGNER, 2004), do movimento ambientalista (OLLITRAULT, 2001;

---

<sup>1</sup> Prof Adjunto do Departamento de Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas e doutor em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mails para contato: wilson@ufpel.tche.br ou mdwbg@pop.com.br

ANQUENTIN, 2002; GALLET 2002), entre outros. De maneira geral, tal transformação tem sido relacionada a certas dimensões econômicas e demográficas, como por exemplo, o ingresso cada vez mais cedo na vida ativa, os altos índices de desemprego e o desenvolvimento de formas precárias de emprego. No entanto, como observam Siméant & Dauvin (2002), não se deve deduzir disso, que o ingresso no militantismo e o exercício de funções remuneradas em ONG's constitua uma consequência direta da situação de desemprego, da falta de oportunidades oferecidas pelo "mercado de trabalho" e da ausência de algo melhor para fazer em termos de atuação profissional.

Este artigo se insere nessa problemática de investigação mais geral referente às condições e dinâmicas de institucionalização e de profissionalização da ação associativa. Com base numa investigação sobre as modalidades de participação na defesa de causas ambientais, trata-se de demonstrar que a atuação em ONG's constitui uma forma concreta de exercício profissional, pois está fortemente imbricada tanto com o processo de formação escolar e universitária quanto com a dinâmica de ocupação de postos no mercado de trabalho. Nesse sentido, ao invés de tomá-la como resultado ou consequência direta da situação de desemprego, priorizou-se uma abordagem que a considera como uma estratégia efetiva de reconversão profissional e de inserção no mercado de trabalho. Tal abordagem foi construída com base nas orientações sugeridas pelos trabalhos de Bourdieu, os quais demonstram que a ocupação de cargos e posições profissionais não constitui um resultado direto da formação escolar e universitária adquirida, sendo antes mediada por dinâmicas estruturais e objetivas, bem como por recursos, disposições e concepções constituídas no transcurso de diferentes tipos de socialização (familiar, escolar, política, profissional, etc.) (BOURDIEU, 1979; BOURDIEU & BOLTANSKI, 1998; BOURDIEU, 1998). Além disso, esse trabalho segue as sugestões das análises, vinculadas ao estudo de diferentes formas de militantismo, que consideram o engajamento em ONG's como resultado de "investimentos sociais múltiplos" e da participação anterior ou simultânea dos atores em um conjunto diversificado de "atividades sociais" (COLLOVALD, 2002; CORADINI, 2002; LECHIEN, 2002; SIMÉANT & DAUVIN, 2002). Com base em tais orientações, trata-se de demonstrar que a análise das modalidades de utilização da formação universitária para a ocupação de cargos e funções profissionais em organizações e instâncias de proteção ambiental pode ser tomada como uma situação exemplar para a apreensão das condições e lógicas sociais de reconversão da formação escolar em competências profissionais.

O material utilizado como fonte de informação decorre de uma investigação sobre as condições e as lógicas sociais do engajamento e da participação na defesa de causas ambientais no Rio Grande do Sul entre 1970 e 2005 (OLIVEIRA, 2005). Em tal pesquisa foram realizadas 50 entrevistas biográficas com os dirigentes das principais ONG's ambientalistas do estado que ingressaram nas mesmas em diferentes

momentos do período considerado, possibilitando a caracterização e a comparação de distintas gerações militantes. Tal material foi complementado pela realização de observações etnográficas da intervenção de tais dirigentes em uma série de eventos vinculados à defesa do meio ambiente (reuniões de associações, seminários e congressos, conselhos e comitês de proteção ambiental, etc.). Os procedimentos metodológicos utilizados para o levantamento e análise do referido material concentraram-se na investigação das trajetórias familiares, escolares, ocupacionais e militantes que os conduziram ao ambientalismo, no exame dos significados e das modalidades de uso da formação escolar associados à sua atuação e na análise da diversidade de esferas e de redes sociais que contribuem para a aquisição e a reconversão dos recursos que fundamentam suas concepções e práticas profissionais. O material obtido através de tais procedimentos conduziu à identificação de diferentes padrões de carreiras que conduzem à atuação profissional na “área do meio ambiente” no período considerado.

Ainda que esteja diretamente vinculado à análise do ambientalismo, este trabalho pretende mostrar que a imbricação da formação escolar e universitária com o militantismo não se restringe ao caso estudado. Pelo contrário, com base em investigações de diferentes formas de militantismo e de atuação profissional, pode-se observar que as concepções e as práticas que são relacionadas à formação e ao exercício da profissão exigem, principalmente, a capacidade de estabelecer um vínculo duradouro entre o “conhecimento escolar” e a “realidade”, de modo que o exercício profissional é concebido como algo que resulta quase sempre da utilização de competências adquiridas através da formação escolar e universitária como um instrumento de politização das mais diferentes esferas sociais (PÉCAUT, 1990; CORADINI, 1998; DEZALAY, 2002). É com base nisso que nos referimos à militância em ONG’s como uma forma de atuação profissional, no sentido de que se trata de concepções e de práticas referentes à formação e ao exercício profissional que supõem uma ligação estreita entre escolarização e militância política.

Para dar conta de tais questões, este artigo está organizado em duas partes principais. Em primeiro lugar, trata-se de examinar as relações da atuação profissional em ONG’s ambientalistas com a importância crescente da formação universitária e da legitimidade de expertise nas mobilizações coletivas, com a expansão da escolarização ocorrida a partir da década de 1980 e com a maior utilização instrumental da formação universitária com vistas à articulação de diferentes esferas de atuação. Num segundo momento, com base no exame das trajetórias sociais e dos itinerários escolares, militantes e ocupacionais de dirigentes que ocupam cargos e funções profissionais em organizações ambientalistas, caracterizam-se os padrões de reconversão dos recursos sociais que fundamentam tal forma de exercício profissional, as diversidades de esferas e de redes sociais que conduzem ao ingresso e

permanência no ambientalismo e os significados e as modalidades de uso da formação escolar associados a tal atuação.

### **A Atuação em ONG's Ambientalistas como um Espaço de Formação e de Exercício Profissional**

Durante a década de 1980 ocorreu uma grande expansão e difusão da problemática ambiental para diferentes setores sociais, passando a ser incorporada de forma generalizada por ONG's "sociais", partidos políticos, mídia, setores empresariais, agências governamentais, setor jurídico, universidades e centros de pesquisa (LOUREIRO & PACHECO, 1995). Tal expansão se caracterizou por uma acentuada proliferação de organizações vinculadas à defesa do meio ambiente. No caso do Rio Grande do Sul, observa-se que, do total de associações para as quais se dispõe de informações sobre sua data de criação, apenas 18% foram criadas nos anos 1970, enquanto que um percentual de 82% corresponde às que surgiram a partir de meados dos anos 1980 (OLIVEIRA, 2005). Como salientam Loureiro & Pacheco (1995), essa maior diversificação das organizações voltadas para a defesa de causas ambientais conduziu, por um lado, à intensificação dos processos de profissionalização de algumas associações, através da contratação de técnicos permanentes com base em recursos adquiridos pela adesão às campanhas ambientais propostas por organizações e fontes nacionais e internacionais de financiamento. E, por outro, à maior institucionalização das ações associativas, no sentido de que as manifestações de rua, as passeatas e protestos públicos, foram substituídos pela intervenção formal e convencional na esfera institucional, em conselhos estatais, redes de ONG's e campanhas geralmente promovidas por grandes organizações internacionais, com base na utilização de competências técnicas e científicas como os principais recursos militantes.

Essa maior articulação da formação escolar e universitária com a atuação em ONG's, pode ser igualmente observada quando são examinadas as informações referentes à idade de adesão e de ingresso nas mobilizações e associações ambientalistas. Quanto a isso, observa-se que entre os dirigentes que ingressaram na década de 1970, a grande maioria, ou 66,7%, estava numa faixa etária acima dos 40 anos. Já no caso daqueles cuja adesão ocorre a partir dos anos 1980, o percentual dos que tinham mais de 30 anos diminuiu para 32,5%, enquanto que se eleva para 67,5% a quantidade dos que estavam numa faixa etária era igual ou inferior aos 29 anos. Cabe acrescentar ainda que, desse percentual de 67,5%, uma porcentagem de 47,5% representa apenas aqueles cuja idade era igual ou inferior aos 23 anos. Tais dados, comprovam que, a partir dos anos 1980, tem havido uma forte tendência de diminuição da idade de entrada no ambientalismo, de modo que é muito elevado o percentual dos que iniciam a militância numa faixa etária que corresponde ao tempo de formação escolar e universitária e de ingresso no mercado profissional. A predominância do ingresso em organizações ambientalistas nessas faixas

etárias é significativa do quanto a emergência desse tipo de engajamento coincide, cada vez mais, com o momento de escolha e de formação profissional. O que se reforça pelo fato de que, quando se considera o conjunto dos entrevistados, verifica-se que a idade média de ingresso na universidade fica entre os 21 anos e a de conclusão nos 26 anos. Assim, de um total de 42 entrevistados para os quais se dispõe de informação sobre isso, observa-se que a grande maioria, ou 83,3%, ingressou na universidade até os 23 anos e o restante a partir dos vinte e quatro. Desse modo, pode-se dizer que o momento de emergência desse engajamento sinaliza nitidamente, e cada vez mais, para o recrutamento de indivíduos cuja faixa etária coincide com a idade de entrada e de desenvolvimento da formação universitária e do exercício profissional. São nas faixas etárias em que há um maior investimento em termos de formação e de procura de espaço no mercado de trabalho que a grande maioria iniciou sua participação em ONG's ambientalistas. Dito de outro modo, é numa fase decisiva de seus itinerários escolares e profissionais que tais indivíduos, como eles mesmos costumam dizer nas entrevistas, foram “despertados” para a defesa do meio ambiente.

Tal situação difere daqueles casos em que o ingresso e a participação associativa ocorrem numa fase relativamente tardia da formação escolar e do exercício profissional, ou mais precisamente, quando os indivíduos estão próximos do período de aposentadoria (AGRIKOLIANSKY, 2002; PASSY, 1998). O exame da idade atual do conjunto dos entrevistados nos mostrou que apenas 14,3% já saíram do mercado de trabalho ou estão na faixa etária que corresponde ao período da aposentadoria, que 20,4% se encontram numa idade próxima do momento de retração em relação às atividades profissionais, mas que ainda não estão aposentados, enquanto que 65,3% estão numa fase de pleno desenvolvimento da formação e do exercício profissional. Além disso, cabe acrescentar que, mesmo tratando-se de um engajamento que ocorre na “juventude”, o tempo de permanência na militância em organizações ambientalistas tem uma duração bastante longa. Ou seja, a participação na defesa de causas ambientais é uma característica constante também no período de exercício profissional e não deve ser assimilada a uma “fase” passageira que ocorre apenas no período inicial de seu itinerário escolar e profissional. Quanto a isso vale mencionar que em quase todos os casos considerados sua “pós-graduação”, os cursos realizados ou direcionamento do exercício profissional estão voltados para a “área de meio ambiente”. Trata-se, portanto, de um militância que acontece predominantemente durante a “juventude”, ou mais precisamente, entre o momento de conclusão do segundo grau e o tempo de entrada e de desenvolvimento da formação universitária, mas que se estende por todo o período de ingresso e de exercício de suas atividades profissionais.

Acrescente-se a isso que, para as diferentes gerações de dirigentes consideradas, a estreita ligação da escolarização com o engajamento não ocorre apenas com a entrada em organizações

ambientalistas. Pelo contrário, a participação em diversos tipos de organizações e movimentos sociais, antes mesmo de aderir ao ambientalismo, é muito grande entre os entrevistados e constitui um dos ingredientes principais da atuação profissional na defesa do meio ambiente. São raros os casos daqueles que ingressaram em ONG's ambientalistas sem experiências anteriores ou simultâneas em organizações políticas às mais diversas, tais como organizações estudantis (grêmios, centros e diretórios acadêmicos), sindicatos, partidos políticos, organizações religiosas e assistenciais, etc. Dos 50 casos considerados, somente três entrevistados ou 6,1% não apresentaram algum tipo de vinculação anterior com organizações desse tipo. Já os que apresentaram alguma forma de envolvimento com organizações como essas, sejam como simpatizantes ou militantes, constituem a grande maioria perfazendo um índice de 93,9%. Desse modo, pode-se dizer que, em geral, entre a socialização política no meio familiar e a adesão a organizações ambientalistas se encontra um conjunto muito diversificado de participações, desligamentos e novas adesões a outros tipos de organizações e movimentos sociais. Neste sentido, é adequado afirmar, como muito bem enunciou um dos entrevistados, que, em matéria de experiências políticas, os ambientalistas raramente chegam “verdes” na defesa ambiental.

Assim sendo, é a estreita ligação entre os itinerários escolares, militantes e profissionais que se apresenta como uma das características decisivas da atuação na “área de meio ambiente” e não a maior disponibilidade gerada pelo distanciamento dos indivíduos em relação às suas funções e atividades no mercado de trabalho, seja sob a forma de aposentadoria ou mesmo do desemprego. O gosto pelo social e pelo engajamento político não resulta de um distanciamento em relação à formação escolar e profissional, seja pelo fracasso escolar e profissional ou pelo retraimento das atividades ocupacionais. Ao contrário, a participação política é vista como uma forma de aproximação e de expansão do próprio exercício profissional, possibilitando a realização profissional, ou mais precisamente, a acumulação de recursos e competências que favoreçam o desempenho de funções e atividades profissionais nas mais diferentes esferas de atividade. Por conseguinte, a militância e a ocupação de postos em organizações e movimentos sociais no decorrer de seus percursos profissionais não implicam uma ruptura com a carreira profissional. Tais experiências são concebidas como uma forma de imersão “verdadeira” no exercício profissional, como um aspecto “necessário” da formação e do exercício de qualquer tipo de atividade profissional.

Ai o que aconteceu? Eu passei a maior parte do tempo na UNISINOS [Universidade do Rio dos Sinos] com a bolsa, [...] Bom! Foi o *meu período inerte da vida*. O negócio era só estudar. [Nem partido?] Nada! Zero! Nem um movimento social. [...] Um baíta dum alienado, um cara totalmente fora das questões (Entrevista).

Daí, no segundo ano, mais pro final, duas colegas minhas entraram no movimento estudantil [...] Daí, foi super legal porque eu consegui enxergar a faculdade... Bah, pra mim, foi tudo o centro acadêmico. Foi o que *salvou a minha faculdade*, senão teria sido um horror. Porque daí eu consegui, sabe, acompanhar a faculdade bem diferente. A minha atuação foi bem diferente... Consegui entender o que se passava ali. Foi através do movimento (Entrevista).

Essa exigência de um conhecimento “comprometido” com a causa ambiental está vinculada à visão de que a “experiência vivida” e a “prática” são os elementos fundamentais da formação e do exercício profissional. É com base nisso que avaliam a utilidade da formação escolar e universitária e que apresentam a escola como algo que pouco contribuiu para sua atuação profissional. Ou seja, em contraponto às limitações encontradas na escola formal, eles salientam a grande importância que adquiriu em seus itinerários escolares e profissionais um conjunto diversificado de vivências, de formas de sociabilidade, de engajamentos e militâncias. De maneira geral, eles expressam que foi “fora da escola” e da “universidade” que se estabeleceram o valor e a utilidade de sua formação profissional. Isso porque, para eles, a formação escolar e técnica é algo que só tem utilidade se estiver associada a uma “prática”, à “experiência vivenciada” pela participação na “realidade” e, mais especificamente, em organizações políticas e nos movimentos sociais. Sem o contato e a inserção na “realidade” e na “prática” os conhecimentos adquiridos através da formação escolar e universitária perdem toda sua utilidade. Dessa forma, as definições que respaldam a atuação na defesa do meio ambiente nos remetem para concepções militantistas da formação e do exercício profissional, no sentido de que esta é constituída acima de tudo pela capacidade de submeter a formação escolar e universitária ao engajamento e à participação política em diversos tipos de organizações e de movimentos sociais. Por isso, independente do tipo de formação universitária adquirida, é o militantismo em relação à escolarização e à atividade profissional que constituem a tônica principal do relato dos entrevistados e que delimitam as perspectivas de inserção e de ocupação de postos no mercado profissional. Antes mesmo de ingressarem no mercado de trabalho, tais indivíduos já dispõem de um conjunto de inclinações, de saberes e de formas de percepção e de ação referentes ao papel da formação escolar para a prática profissional, ou mais precisamente, de disposições a fazer do seu exercício um resultado direto da possibilidade de sua utilização instrumental para a politização de diferentes esferas de atividade.

Dessa forma, é com base num itinerário escolar e profissional de intensa participação em diversos tipos de organizações e movimentos sociais que se constitui e são reforçadas as disposições que conduzem à concepção de que a atuação em ONG's não é algo complementar ou que implique sair fora da formação e do exercício profissional. Pelo contrário, isso é sempre apresentado como uma forma de extensão ou

prolongamento “natural” de sua formação escolar e profissional, devendo ser caracterizada, nas palavras dos próprios entrevistados, como uma “área de atuação profissional” e não como uma atividade externa ao desempenho de suas ocupações profissionais. Uma vez que o significado e a utilidade da escolarização se definem pela sua instrumentalidade para a politização das mais diversas esferas de atividade, a atuação em ONG's ambientalistas constitui uma das formas de articulação da formação escolar e universitária com a militância política para a atuação profissional em partidos políticos, em universidades, em agências governamentais, em empresas de consultoria, etc. Em decorrência disso, as retribuições obtidas com a atuação em tais organizações resulta, geralmente, da possibilidade de articulação da formação escolar e profissional com o exercício de funções técnicas e profissionais nessas diversas esferas sociais. Desse modo, pode-se caracterizar a participação na defesa de causas ambientais como um militantismo de reconversão de diferentes tipos de formação escolar e universitária para a atuação profissional em diferentes esferas de atividade.

Por isso, essa forte incidência de ingresso no ambientalismo durante a formação universitária e sua articulação com militâncias e atuação profissional em esferas de atividade diversificadas, característica da década de 1980, não deve ser tomada como um resultado da tendência de “profissionalização” do ambientalismo e da ruptura com a militância “benévola” e “voluntária” da geração anterior. Ela ocorreu com base em concepções e formas de participação já existentes, posto que está relacionada a um processo mais amplo de utilização instrumental da formação escolar e profissional para a intervenção em diferentes esferas de atividade. Quanto a isso, cabe salientar que as diferentes gerações de dirigentes consideradas, compartilham essas mesmas concepções do papel e do lugar da escolarização na sociedade, definindo a formação e o exercício profissional como indissociáveis da militância e da participação política. Além do mais, os princípios que fundamentam estas concepções não parecem próprios ou exclusivos desse tipo de atuação profissional. Eles estão vinculados à própria configuração do espaço escolar e do exercício profissional no Brasil (CONNIFF, 2006; LOVE & BARICKMAN, 2006), fundamentando concepções e práticas que fazem do engajamento e da participação política uma forma de extrapolar os “limites de sua profissão” e de associar sua formação escolar e o exercício profissional à “cultura geral” e ao “humanismo” (CORADINI, 1998) e, assim, de “elevar-se acima do simples exercício de sua profissão” (DEZALAY & GARTH, 2002). Trata-se, enfim, de uma situação em que o sentido e o valor da “profissão” são inseparáveis do “compromisso” com uma “realidade” que é “totalmente política” (PÉCAUT, 1990), de modo que a formação escolar e o exercício profissional requerem a capacidade ou competência de “comprometimento” da formação escolar e técnica com “a realidade” e com a “prática”, ou no caso, com a “natureza” e com a “vida”. É com base em tais concepções que a atuação em ONG's, mais do que significar



ruptura ou distanciamento das atividades profissionais, constitui sempre, para os próprios entrevistados, um espaço de formação e de realização profissional, possibilitando a realização de seu “comprometimento” e o não distanciamento em relação à “realidade”.

### **Trajatória Familiar, Itinerário Escolar e Atuação Profissional**

Em meio à continuidade dos princípios que fundamentam a atuação profissional em ONG's ambientalistas no transcurso do período que vai de 1970 a início dos anos 2000, podem ser observadas algumas modificações decorrentes de transformações em curso nas dinâmicas próprias tanto do militância e da participação política quanto do espaço de formação e de exercício profissional. Nesse sentido, cabe destacar que o contexto político e ideológico dos anos 1980 foi marcado pela abertura dos espaços de participação política decorrente do “processo de redemocratização” e resultou na intensificação do “fenômeno da militância múltipla”, de modo que as redes de lideranças de diferentes organizações e movimentos sociais se tornaram extremamente interligadas (MISCHE, 1997). Associado a isso, tem-se observado também que a expansão e diversificação do ensino superior ocorrida nos últimos anos, propiciaram a ampliação dos usos instrumentais da escolarização e da formação profissional com vistas à politização e à articulação de diferentes esferas de atuação, através da inserção e da militância anterior e/ou simultânea em diversos tipos de organizações e movimentos sociais (CORADINI, 2002).

Em decorrência disso, ao invés de considerar a década de 1980 como um momento de ruptura em relação às concepções e práticas anteriores, trata-se de tomá-la como um marco do surgimento de novas modalidades de articulação da formação escolar e universitária com a atuação profissional em diferentes esferas sociais, através da participação em ONG's ambientalistas. Para isso, contribuiu de maneira significativa uma intensa modificação dos tipos de recursos e respectivos espaços e vínculos sociais que fundamentam tais formas de reconversão profissional. Trata-se da mutação de um militância composto por lideranças com origens sociais elevadas e cujas intervenções estavam fundadas na bagagem cultural e política herdada ou construída a partir da família de origem, para padrões de atuação que resultam do ingresso de indivíduos com origens sociais mais baixas e heterogêneas, que aderem ao ambientalismo durante a “juventude” num momento anterior ou concomitante à entrada no ensino superior e no mercado de trabalho e que têm como principal base de recursos, os vínculos estabelecidos no decorrer de seus itinerários familiar, escolar e profissional com partidos políticos, organizações e movimentos sociais diversificados (OLIVEIRA, 2005).

Um dos procedimentos pertinentes à apreensão dessa modificação nos tipos de recursos e de vínculos que conduzem à atuação profissional em ONG's é o exame dos principais padrões de carreiras que

conduzem à ocupação de cargos e funções profissionais como “ambientalista” em diferentes esferas sociais. A utilização da noção de carreira na análise do militantismo procura dar conta, por um lado, das disposições favoráveis à participação política e de suas relações com as desigualdades de condições de origem e os respectivos capitais (sociais, econômicos, políticos e culturais) possuídos pelos diferentes agentes sociais (BOURDIEU, 1979, 1980) e, por outro, dos pertencimentos múltiplos dos atores sociais e dos diversos contextos e situações relacionadas aos processos de socialização que resultam na constituição e modificação das disposições que conduzem à participação em mobilizações coletivas (FILLIEULE, 2001). Trata-se, portanto, de integrar a perspectiva diacrônica na investigação dos processos de socialização que conduzem à atuação profissional em ONG's ambientalistas e de apreender os padrões de entrelaçamento de diferentes “ordens de experiência” (familiares, escolares, militantes e profissionais) vinculadas a esse tipo de atuação. Dessa forma, tal análise contribui para a compreensão do exercício profissional nas organizações e instâncias de proteção ambiental como resultado de “investimentos sociais múltiplos”, conduzindo à investigação das disposições associadas à atuação individual como consequência da intersecção entre os processos de socialização vinculados às suas condições de origem e trajetórias familiares e os que decorrem das experiências e dos diversos contextos interacionais interligados à biografia individual ou, mais precisamente, à multiplicidade de esferas e de redes sociais associadas ao seu engajamento e à sua participação anterior ou simultânea em um conjunto diversificado de atividades, organizações e movimentos sociais.

Dessa maneira, a caracterização dos principais padrões de carreiras que conduzem à atuação profissional em ONG's ambientalistas entre os anos 1970 e 2000, possibilita evidenciar a diversificação das modalidades de utilização instrumental da formação escolar para a politização de diferentes esferas de atividade e suas relações com disposições e recursos acumulados através de vínculos estabelecidos em diversos espaços sociais no decorrer dos percursos biográficos dos atores. Assim sendo, ao invés de tomar a inserção profissional como um resultado direto de um mercado de trabalho abstrato, trata-se de demonstrar que são as disposições e os recursos adquiridos no universo da família de origem e nos itinerários escolares, militantes e profissionais dos respectivos atores, que delimitam diferentes possibilidades de atuação profissional através da defesa ambiental.

Com inúmeras diferenças entre os casos analisados, o padrão de atuação profissional no ambientalismo no início dos anos 1970 está baseado, fundamentalmente, na bagagem cultural e política herdada ou construída a partir da família de origem. De maneira geral, trata-se de indivíduos com origens sociais elevadas. A grande maioria deles são filhos de grandes comerciantes, de estancieiros, de juizes, de profissionais liberais como advogados e engenheiros e de oficiais militares com formação universitária. Tais condições estão associadas também à

existência de vínculos de parentesco e de amizade com o universo das elites militares, políticas, religiosas e empresariais. Além disso, a origem estrangeira do grupo familiar, as viagens e os contatos frequentes com organizações e pessoas em outros países estão na origem do cosmopolitismo e do internacionalismo que os conduziram à adesão a problemáticas políticas e ideológicas que estavam acima das divisões e fronteiras nacionais, como era o caso do ambientalismo naquele período (OLIVEIRA, 2005).

Um dos aspectos peculiares desta geração de ambientalistas diz respeito à idade de ingresso na “área de meio ambiente”, posto que isso ocorre numa fase mais tardia do exercício profissional e até mesmo do período de aposentadoria. No entanto, esta maior “disponibilidade profissional” não constitui um ingrediente exclusivo de sua entrada na defesa ambiental. Ela está sempre combinada com a inserção anterior em organizações religiosas que desenvolvem um trabalho de assistência social, em associações naturistas, em organizações estudantis e em partidos políticos. Essa combinação resulta num padrão de atuação profissional fundado em concepções “particularística” e “aristocrática” (CORADINI, 1998) que têm como base o “dom” e a “opinião pessoal” decorrente de sua elevada condição social (BOURDIEU, 1979). Trata-se de concepções e de práticas que remetem sua atuação na “área de meio ambiente” à esfera da “ética”, da “filosofia” e dos “valores morais”.

Uma primeira modalidade de carreira de ambientalista que se encontra nesse grupo é constituída pelas esposas de empresários, médicos e juizes que haviam abandonado suas atividades e carreiras profissionais em função do casamento e da criação dos filhos. Dotadas de uma elevada bagagem cultural e escolar, no sentido que Saint-Martin (1999) chama de capital de “boa educação”, elas adquiriram o aprendizado do voluntariado na família e na escola e, muito antes de atuarem no ambientalismo, apresentam um itinerário de dedicação a atividades voluntárias, religiosas e caridosas. É como desdobramento da formação adquirida no meio familiar e escolar e desenvolvida através do trabalho voluntário que ocorre o ingresso na defesa do meio ambiente. Nesses casos, a atuação no trabalho voluntário e, posteriormente, no ambientalismo possibilita a “recuperação” ou a “retomada” de uma carreira escolar e profissional interrompida ou mesmo abandonada. Em decorrência da grande disponibilidade de tempo gerada pela ausência da necessidade de trabalhar, puderam se dedicar integralmente à organização, tornando-se verdadeiras “funcionárias” das mesmas num momento em que segundo elas próprias a “ecologia” não era algo “muitíssimo sério” como é atualmente, pois consistia, basicamente, numa “ocupação para pessoas que tinham tempo a dedicar”. Com base em tais condições e nos recursos proporcionados pela família de origem elas adquiriram uma notoriedade tanto no âmbito nacional quanto internacional, conseguindo estabelecer parcerias e vínculos financeiros com empresas, organizações estatais, bem como com fundações e organismos internacionais.

A segunda modalidade de atuação profissional característica desse período é representada pelos que foram denominados de “profissionais liberais”. Ela se diferencia da anterior na medida em que se trata de indivíduos que tinham uma razoável situação profissional e ocupacional como executivos de grandes empresas multinacionais (BASF, CITIBANK) ou como funcionários do setor público (da justiça federal, da universidade, do Ministério da Agricultura). Seus engajamentos também ocorrem numa faixa etária elevada, mas esta se combina com uma fase mais tardia do exercício profissional relativamente próxima ao momento de aposentadoria. Ocorre que nestes casos, além da bagagem cultural propiciada pela sua origem social elevada os dirigentes podiam contar também com a “notoriedade” e os vínculos estabelecidos através do exercício profissional. A adesão ao ambientalismo funciona como uma forma de reorientação de suas atividades e do próprio exercício profissional. Em alguns casos, tal redefinição profissional constitui uma forma de retomada de certas aspirações descartadas no decorrer de seus itinerários escolares e profissionais. Todavia, uma das características predominantes nesse conjunto é a articulação da bagagem cultural adquirida através da família de origem com certa “notabilidade” e prestígio vinculados à formação e ao exercício profissional como instrumento de intervenção em diferentes esferas de atuação.

Um dos exemplos mais representativos desse padrão de atuação profissional é o caso do primeiro presidente da AGAPAN (DREYER, 2004). Um dos principais aspectos que chama a atenção no referido caso e que o torna extremamente significativo quanto às modalidades de reconversão profissional dos ambientalistas da década de 1970, e até mesmo dos dirigentes das gerações posteriores, é justamente diversidade de esferas que através de sua atuação passa a ser vinculada à defesa ambiental. Essa combinação de atuação diversificada corresponde também ao seu reconhecimento simultâneo com um conjunto bastante heterogêneo de qualidades tais como “cientista”, “professor”, “agrônomo”, “ecologista”, etc.

Filho de um arquiteto bem sucedido, que se tornou mais tarde pintor e professor do Instituto de Belas Artes da UFRGS, e de uma “fervorosa liderança da comunidade católica” que pertencia a uma das famílias de maior influência política e econômica no Rio Grande do Sul, tal dirigente teve uma formação bastante “ecclética” durante a infância e a adolescência. Estudou em colégios com altos padrões de ensino e graduou-se em agronomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mesmo que tenha concluído o segundo grau no “científico”, pode contar com uma formação simultaneamente “humanista, científica, lingüística e técnica” (DREYER, 2004, p. 55-66). Ao concluir a graduação, realizou um estágio de dois anos na *Lousiana State Universty* (EUA). Ao retornar ao Brasil logo encontra emprego no ramo que se especializou, sendo em seguida contratado para trabalhar com fertilizantes como um alto executivo da multinacional BASF que era

também a empresa para a qual trabalhava seu sogro. Foi através de tal emprego que ele realizou um antigo desejo de morar no exterior e de conhecer diferentes culturas, podendo também se dedicar a diversos tipos de leituras, tais como: filosofia, antropologia, história das religiões, botânica, biogeografia, entre outras. Nesse período também aderiu ao naturismo, entrou em contato com algumas associações conservacionistas na Europa e nos EUA e começou a se defrontar com a crítica emergente à indústria dos pesticidas. Aos poucos se torna cada vez mais difícil para ele conciliar as expectativas inicialmente sugeridas pela sua “ecléctica” formação cultural e os horizontes profissionais que o cargo de tecnocrata de uma grande empresa multinacional permitia. Por isso, decide abandonar o emprego na BASF e se dedicar a “um trabalho novo”, “a ecologia”, onde ele via a possibilidade de compatibilizar os diversos conhecimentos adquiridos durante sua socialização primária e secundária com o exercício da profissão de agrônomo. A partir daí, entrega-se totalmente ao “trabalho de proteção ambiental” a ponto de se tornar um “ativista em tempo integral” e, com base na visibilidade, na projeção e nos vínculos alcançados no âmbito nacional e internacional, consegue articular de maneira exemplar e duradoura o ativismo ambiental com a atuação profissional em associações ambientalistas, organizações profissionais, empresas, administrações e organismos públicos, nas áreas de manejo e reciclagem de resíduos, paisagismo, urbanismo e saneamento natural, etc.

A partir da segunda metade da década de 1980 há uma acentuada diversificação das modalidades de atuação profissional na “área de meio ambiente”. Trata-se de um padrão de atuação que se caracteriza pela intensificação da imbricação entre a formação universitária e a militância política em organizações e movimentos sociais diversificados. Tais características dão origem a concepções e práticas que vinculam a atuação na “área do meio ambiente” à esfera da militância em partidos políticos, em administrações públicas e burocracia estatal, em sindicatos e associações profissionais, em organizações religiosas e em movimentos populares. Em decorrência disso, as modalidades de carreiras de ambientalistas a partir desse período são extremamente diversificadas, assim como as lógicas sociais postas em confronto nesse tipo de atuação profissional. Mesmo assim, é possível diferenciar alguns padrões principais e examinar suas relações e especificidades com os itinerários familiares, escolares, militantes e profissionais que conduzem à ocupação de cargos profissionais na defesa ambiental.

No que pese a diversidade de esferas sociais associadas à atuação profissional na defesa de causas ambientais e dos vínculos sociais e políticos nos quais está baseada, pode-se identificar algumas regularidades quanto às condições e lógicas sociais que conduzem a essa forma de exercício profissional pela descrição de alguns dos principais padrões de carreiras de ambientalista. Uma das principais características dos padrões de carreiras desse período é que a atuação em ONG’s conduz a dinâmicas de reconversão profissional com base nos vínculos

estabelecidos a partir do intenso militância em organizações estudantis, partidárias e movimentos sociais diversificados. Na maioria dos casos tal articulação conduz à ocupação de cargos e funções remuneradas na administração pública e na burocracia estatal com base nos vínculos estabelecidos na militância partidária. Em outros casos ela se direciona seja para o exercício de assessoria e consultoria “na área de meio ambiente”, seja para a atuação no interior da “profissão” em assuntos vinculados ao exercício de determinadas categorias profissionais (jornalismo, direito, biologia, etc.), ou ainda, ao desempenho de funções remuneradas como funcionários e técnicos de ONG's (OLIVEIRA, 2005).

Desse modo, dentre os inúmeros padrões de reconversão profissional através da participação em ONG's ambientalistas e dos respectivos vínculos com organizações e movimentos diversificados, destacam-se aqueles casos que fazem do exercício de funções técnicas e remuneradas em tais organizações uma forma de carreira profissional. Cabe destacar, que a ocupação temporária de funções remuneradas vinculadas ao desempenho de cargos técnicos e de representação nas ONG's é constante entre os militantes das mais diferentes associações, mesmo daquelas que defendem o trabalho “voluntário” e que são contrárias à utilização de funcionários remunerados e de “trabalho pago” na militância ambientalista. Isso pode ocorrer com base na utilização como forma de salário das remunerações concedidas pelo Estado para a representação das ONG's em conselhos e comitês estatais de proteção ambiental, como também através de remuneração proporcionada pela própria organização para o desempenho de funções de secretaria na entidade. Como bem salientou um dos entrevistados, o trabalho como “secretário remunerado do movimento”, durante dois anos, quando teve que parar de trabalhar na área de mecânica pelo fato de mudar para o curso de biologia que era diurno, possibilitou-lhe certa “segurança nessa fase de migração do curso até conseguir uma bolsa”. Relativamente diferenciados destes casos são as situações em que a ocupação de funções remuneradas como técnicos de ONG's constitui a modalidade principal de atuação profissional do dirigente. Pelo que já foi exposto anteriormente em relação ao tipo de concepção de profissão e de militância que respaldam tal militância na situação em pauta, a ocupação de cargos remunerados em organizações ambientalistas não se configura apenas como uma forma de imposição de competências escolares e técnicas como os principais recursos militantes. Pelo contrário, tais cargos implicam sempre um trabalho preliminar de aproximação e de intenso militância na própria organização, de modo que dificilmente consiste na contratação direta ou formal em função da formação escolar e técnica requerida.

Um exemplo particularmente ilustrativo disto é a carreira de ambientalista da “coordenadora técnica” da Associação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG). Filha de um engenheiro mecânico formado pela UFRGS e de uma professora primária que abandonou o ensino em

função do nascimento dos filhos. Seus pais nunca tiveram nenhuma inserção em nenhum tipo de organização política e foi através do universo escolar e universitário que ela desenvolveu o gosto pela participação associativa. Natural de Porto Alegre, durante a formação primária e secundária, atuou como membro do coral do Colégio Anchieta, denominado “show musical”. Tal participação, segundo ela própria, proporcionou o contato com pessoas das mais diferentes cidades e regiões do estado e do Brasil, pois todos os finais de semana viajavam para as mais diferentes “cidadezinhas”, onde ficavam em contato com as mais diferentes pessoas, despertando nela o gosto pelo contato e conhecimento de outras pessoas e das mais diferentes culturas. Sua formação universitária foi desde o início associada à defesa do meio ambiente: a escolha do curso de geologia foi motivada pelo interesse em “estudar o planeta, o meio ambiente”, integrando, assim que entrou no curso, a delegação dos estudantes de biologia que participaram da “ECO-92”; fazendo parte do diretório acadêmico do curso e do Encontro Nacional de Estudantes de Geologia onde assumiu o cargo de comunicação da diretoria nacional; militando pela mudança no currículo de geologia no sentido de inserir disciplinas vinculadas à temática ambiental, posto que, segundo ela, tratava-se de um curso “muito centrado na realidade acadêmica”. Em função dessa atuação direcionou o seu mestrado para “a área de meio ambiente” centrando-se na temática da “poluição causada por metais pesados” e da “avaliação do impacto disso na saúde humana”. Foi no mestrado que conheceu a ADFG, através de um colega de curso que era vice-presidente da associação e desenvolvia um projeto em parceria com a universidade. Em seguida, no final do mestrado, começou a participar como “voluntária” ao mesmo tempo em que iniciou um trabalho como estagiária na Fundação Estadual de Proteção Ambiental do RS (FEPAM) dentro de um “projeto também de pesquisa que era um projeto de estudo da poluição do carvão, do ar e da água na região de Candiota”, o qual segundo ela, tinha como objetivo convencer as pessoas de que realmente não “está com nada investir em carvão”.

Durante tal estágio foi indicada por seu orientador para fazer um curso na Alemanha na temática da “água”. Através desse curso entrou em contato com a Federação Amigos da Terra Internacional que a impulsionou a participar mais da associação, pois percebeu que podia dentro dos Amigos da Terra fazer do seu trabalho “um trabalho profissional e que existia fontes de financiamentos e projetos, inclusive dos Amigos da Terra Internacional”. Quando retornou, começou a participar do Conselho Estadual de Proteção Ambiental (CONSEMA) e a ter um maior engajamento na ADFG o que acabou entrando em conflito com o estágio que desenvolvia na FEPAM e o abandono deste em troca de uma função remunerada na ADFG-AT e depois também na RIOSVIVOS. Atualmente sua atuação está focada no tema “energia” e na articulação da ADFG-AT com “redes associativas” e organizações nacionais e internacionais. Para ela, uma maneira de “trabalhar e

fortalecer o movimento” não é “nem estudando ou levando especificamente um tema” e sim possibilitando os “contatos entre as pessoas”, “botando uma entidade em contato com a outra”. Por isso, mesmo que tente não sair muito de seu “foco específico” que é o “tema de energia”, sua atuação na associação “tem funcionado” no “papel” de “articuladora” e de “animadora”, para “botar todo mundo no mesmo espírito”, “para realizar alguma coisa”.

Fazer as pessoas verem que as pessoas podem fortalecer e se somar nessas sinergias. Esse conhecimento adquirido, que não é, às vezes, um conhecimento técnico-científico, é um conhecimento de vivência, de resistência, de luta. E quando isso é repassado e multiplicado isso tem um efeito muito forte (Entrevista).

### **Conclusões**

A atuação em ONG's se insere num processo mais amplo de diversificação dos padrões de reconversão da formação escolar em competências e posições profissionais. Não podemos reduzi-la a um efeito direto e negativo das transformações ocorridas no mercado de trabalho, definindo-a como uma “forma precária de emprego” decorrente da chamada “crise do mercado de trabalho” e da “falta de algo melhor para fazer”. Pelo contrário, ela remete a dinâmicas de diversificação e de intensificação das modalidades de imbricação da formação e do exercício profissional com a participação política e o militandismo, contribuindo assim para a modificação das fronteiras vinculadas ao próprio mercado de trabalho. Nesse sentido, os diversos padrões de atuação em ONG's, apresentados no decorrer deste trabalho, foram considerados como novas formas de inserção e de ocupação de postos profissionais que contribuíram para a ampliação e expansão tanto das possibilidades de uso da formação escolar quanto dos locais e das formas concretas de exercício profissional.

As relações entre a formação e o título adquirido e o emprego ou a posição ocupacional no mercado de trabalho não ocorrem de forma direta e automática. Tais relações são sempre mediadas tanto por condições e processos estruturais e objetivos quanto pelas disposições, recursos e competências adquiridas pelos atores no transcurso de suas trajetórias sociais, escolares e profissionais (BOURDIEU, 1979; BOURDIEU & BOLTANSKI, 1998).

Nesse sentido, esse trabalho demonstrou que as concepções de sociedade e de política características da configuração do espaço escolar e do exercício profissional no Brasil, constituem um dos ingredientes principais das relações estabelecidas entre formação e emprego. Tais concepções estão fundadas em princípios que remetem para a imbricação das modalidades de utilização dos recursos escolares e competências profissionais com as dinâmicas de participação e do militandismo em organizações e movimentos sociais. Antes de resultar de mudanças ocorridas apenas no mundo do trabalho, pode-se ver na maior oferta de títulos escolares, associada à



continuidade das concepções militantistas da profissão, um dos fatores que contribuíram consideravelmente para uma maior diversificação dos padrões de atuação profissional na “área de meio ambiente”.

Muito antes de ocupar uma função, remunerada ou não, “voluntária” ou “técnica”, em determinada ONG ambientalista, os atores já contam com um conjunto de valores, definições prévias e de recursos sociais que possibilitam ver em tal tipo atividade uma forma autêntica de exercício e de realização profissional. O exame dos padrões de carreiras que conduzem à atuação profissional no ambientalismo foi uma estratégia analítica que possibilitou apreender como determinadas formas de percepção e de avaliação relativas à atuação profissional na “área de meio ambiente” constituíram-se no decorrer do tempo e sob determinadas condições sociais. Desse modo, ela nos coloca diante das disposições e dos recursos sociais que tornam possível o encontro entre determinada formação e a posição ocupacional. A descrição dos padrões de carreiras de ambientalista permite dar conta de como as concepções militantistas que fundamentam esse tipo de atuação estão relacionadas às disposições e aos respectivos recursos adquiridos com base em vínculos estabelecidos através da inserção dos atores em diferentes esferas sociais no decorrer de suas trajetórias sociais e de seus itinerários escolares, militantes, ocupacionais e profissionais. Dessa forma, foi possível demonstrar que a atuação profissional na “área de meio ambiente” está respaldada em concepções, recursos e práticas profissionais que resultam da articulação entre posição social, formação universitária e inserção em diversas redes de organizações e “movimentos sociais” no decorrer de seus itinerários escolares e profissionais.

Esses resultados evidenciam a necessidade de se considerar a formação universitária e o exercício profissional não apenas em sua dimensão formal e institucional, mas principalmente como um espaço de reconversão de recursos diversificados para atuação em diferentes esferas sociais. Por isso, ao invés de reduzir as relações entre formação e emprego a algo mecânico e automático, tratou-se de considerar certas condições e lógicas sociais que conduzem os atores a determinado tipo de atuação profissional. Assim, ao invés de relações abstratas entre a formação profissional e o mercado de trabalho, nos deparamos com um conjunto de experiências passadas, de percepções, de esquemas de classificação adquiridos sobre o exercício profissional, de recursos acumulados no transcurso de suas trajetórias sociais, etc., os quais estruturam as próprias estratégias de inserção e de realização profissional em determinado setor de atividade. Em decorrência disso, o que para muitos constitui uma oportunidade de “trabalho” e de atuação profissional, para outros não está sequer no leque das possibilidades ou dos possíveis. Nesse sentido, pode-se ver na atuação na “área de meio ambiente” uma forma concreta de exercício profissional que resulta de dinâmicas específicas de reconversão social e política.

(Recebido para publicação em março 2007)

(Aceito para publicação em maio 2007)

**Abstract:** This article examines the conditions and the social logics that lead to the professional performance as employee and technician of ONG's. For this, the main modalities of militant careers had been examined and professional associates to the exercise of such functions, with intention to apprehend the meanings attributed to the professional formation and the types of resources and social networks that its performance bases. The reached results demonstrate that the professional performance in ONG's is inserted in a dynamics of diversification of the modalities of professional exercise and ingression in the work market and has base specific forms of union between the university formation and the militancy politics through the insertion in diverse social network of organizations and social movements during the occupational and professional itineraries of the individuals. These results demonstrate that the association between militancy, university formation and occupational insertion constitutes one of the main ingredients of this type of professional performance.

**Key words:** job market; militancy politics; university formation; professional exercise; ONG's;

---

### Referências

AGRIKOLIANSKY, E. *La Ligue Française des Droits de L'Homme et du Citoyen Depuis 1945*. Paris, L'Harmattan, 2002.

ANQUENTIN, V. Produire une Politique Municipale de l'Environnement: La regulation des interactions des acteurs locaux par l' "expertise" In.: HAMMAN, P.; MÉON, J-M.; VERRIER, B. *Discours Savants, Discours Militants: mélange des genres*. Paris, L'Harmattan, 2002, p. 129-151.

BOURDIEU, P. & BOLTANSKI, L. O diploma e o cargo: relações entre o sistema de produção e o sistema de reprodução. In: CATANI, A. e NOGUEIRA, M. A. (orgs). *Pierre Bourdieu: escritos da educação*. Petrópolis, RJ, Vozes, 1998, p. 127-144.

BOURDIEU, P. Classificação, Desclassificação, Reclassificação. In CATANI, A. NOGUEIRA, M. A. (orgs.) *Pierre Bourdieu: escritos de educação*. Petrópolis, Vozes, 1998, p. 145-185.

BOURDIEU, P. *La Distinction. Critique sociale du jugement*. Paris, Minuit, 1979.

BOURDIEU, P. *Le Sens Pratique*. Paris, Minuit, 1980.

COLLOVALD, A. Et. Alli. (Dir.). *L'Humanitaire ou le Management des Dévouements. Enquête sur un militantisme de "solidarité internationale" en faveur dur tiers-monde*. Rennes, PUR, 2002.

CONNIFF, M. L. A Elite Nacional. In: HEINZ, F. M. *Por Outra História das Elites*. São Paulo, FGV, 2006, p. 99-121.

CORADINI, O. L. Escolarização, Militantismo e Mecanismos de “Participação” Política. HEREDIA, B., TEIXEIRA, C., BARREIRA, I. (orgs.). *Como se Fazem Eleições no Brasil*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 2002, p. 103-153.

\_\_\_\_\_. L. Panteões, Iconoclastas e as Ciências Sociais. FELIX, L. O. & ELMIR, C. (org.) *Mitos e Heróis: construção de imaginários*. Porto Alegre. Ed. Universidade/UFRGS, 1998, p. 209-235

DEZALAY, Y. & GARTH, B. *La Mondialisation des Guerres de Palais. La restructuration du pouvoir d'État en Amérique Latine, entre notables du droit et "Chicago Boys"*. Paris, Seuil, 2002.

DREYER, L. *Sinfonia Inacabada. A vida de José Lutzenberger*. Porto Alegre, Vidicom Audiovisuais Edições, 2004.

GALLET, G. L' Expertise, Outil de l'Activisme Environnemental Chez Greenpeace France. In: HAMMAN, P.; MÉON, J-M.; VERRIER, B. *Discours Savants, Discours Militants: mélange des genres*. Paris, L'Harmattan, 2002, p. 109-128.

LECHIEN, M-H. Aider les Autres: trajectoires professionnelles, reconversions militantes et valorisation de la “personne”. In: COLLOVALD, A. Et. Alli. (Dir.). *L'Humanitaire ou le Management des Dévouements. Enquête sur un militantisme de "solidarité internationale" em faveur dur tiers-monde*. Rennes, PUR, 2002, p. 79-131.

LOUREIRO, M. R. & PACHECO, R. S. Formação e Consolidação do Campo Ambiental no Brasil: Consensos e disputas (1972-1992). *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, 1995, out./dez. v. 29, n. 4, p. 137-153.

LOVE, J. L. & BARICKMAN, B. J. Elites Regionais. In: HEINZ, F. M. *Por Outra História das Elites*. São Paulo, FGV, 2006, p. 77-97.

MATONTI, F. & POUPEAU, F. Le Capital Militant. Essai de Définition. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n° 155, décembre, de 2004, p. 5-11.

MISCHE, A. De Estudantes a Cidadãos. Redes de Jovens e Participação Política. In: *Revista Brasileira de Educação*, n. 5 e 6, 1997, p. 134-150.

OLIVEIRA, W. J. F. “Paixão pela Natureza”, *Atuação Profissional e Participação na Defesa de Causas Ambientais no Rio Grande do Sul entre 1970 e Início dos Anos 2000*.1; 340f. Tese de Doutorado em Antropologia Social, UFRGS, Porto Alegre, 2005.

OLLITRAULT, S. Les Écologistes Français, des Experts em Action. *Revue Française de Science Politique*, Vol 51, n° 1-2, février-avril, 2001, p. 105-130.

PASSY, F. *L'Action Altruiste. Paris-Genève*, Droz, 1998.

PÉCAUT, D. *Os Intelectuais e a Política no Brasil: Entre o povo e a nação*. São Paulo, Ática, 1990.

SAINT-MARTIN, M. Uma “Boa” Educação. *Educação & Sociedade*. Campinas, ano XX, n. 66, abril, 1999, p. 104-122.

SIMÉANT, J., DAUVIN, P. & C.A.H.I.E.R. Le Travail Humanitaire. Les acteurs des ONG, du siege au terrain. *Paris, Presses de Sciences Po*, 2002.

WAGNER A-C. *Syndicalistes Européens. Les conditions sociales et institutionnelles de l'internationalisation des militants syndicaux*. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, nº 155, décembre, de 2004, p. 13-34.